

PROPOSTA DE INCLUSÃO DE ALUNO SURDO NO ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AÇÃO DOCENTE

PROPOSAL FOR THE INCLUSION OF DEAF STUDENTS IN REGULAR FUNDAMENTAL EDUCATION: SOME CONSIDERATIONS ON TEACHING ACTION

PROPUESTA DE INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES SORDOS EN LA EDUCACIÓN FUNDAMENTAL REGULAR: ALGUNAS CONSIDERACIONES SOBRE LA ACCIÓN DOCENTE

 Érika Regina Caporal Costa Batista¹

 Leandro Osni Zaniolo²

1. Pedagoga pela FFCLRP-USP. Mestre em Educação Escolar pela FCLAr – UNESP. Especialista em Ética, valores e saúde na escola USP. Professora da rede municipal de Ribeirão Preto/SP. E-mail: erikaped30@gmail.com
2. Professor Doutor II na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Docente na Graduação e Pós-graduação, com experiência na área de Saúde, Arte-Terapia e Educação, com ênfase em Desenvolvimento Humano, Neurociências e Educação Especial/Inclusiva. E-mail: zaniolo@fclar.unesp.br

RESUMO: No Brasil, os movimentos históricos que impulsionaram as propostas de inclusão escolar das pessoas com deficiência, são relativamente recentes e mostram-se em constante (re)construção. Uma questão tida como principal diz respeito à formação de professores e o impacto que a ação docente pode representar para o êxito desse processo. O objetivo deste estudo foi analisar a prática docente de três professoras frente à proposta de inclusão escolar de um aluno surdo no ensino fundamental regular, caracterizando as ações realizadas, por meio da observação do contexto de sala de aula e de entrevistas semi-estruturadas com as professoras. A análise dos dados, de natureza qualitativa, considerou fatores como a formação das professoras, a infraestrutura oferecida pela escola, as concepções e ações que as professoras apresentaram relacionadas com a inclusão do aluno surdo. Foi evidenciado no estudo que as contradições do processo de inclusão escolar refletem os múltiplos sentidos conferidos pelas professoras ao processo de ensino e aprendizagem, a ponto de influenciar e, por vezes, determinar as ações docentes.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Prática Docente. Formação de Professores. Surdez.

ABSTRACT: In Brazil, the historical movements that drove the proposals for school inclusion of people with disabilities are relatively recent and are in constant (re) construction. A major issue concerns teacher training and the impact that teaching can have on the success of this process. The objective of this study was to analyze the teaching practice of three teachers in view of the school inclusion proposal of a deaf student in regular elementary school, characterizing the actions carried out, through the observation of the classroom context and semi-structured interviews with the students. The analysis of the data, of a qualitative nature, considered factors such as the training of teachers, the infrastructure offered by the school, the conceptions and actions that the teachers presented related to the inclusion of the deaf student. It was evidenced in the study that the contradictions of the school inclusion process reflect the multiple meanings conferred by teachers to the teaching and learning process, to the point of influencing and, sometimes, determining teaching actions.

Keywords: School inclusion. Teaching Practice. Teacher training. Deafness.

RESUMEN: En Brasil, los movimientos históricos que impulsaron las propuestas de inclusión escolar de personas con discapacidad son relativamente recientes y están en constante (re) construcción. Un problema importante se refiere a la formación del profesorado y al impacto que la enseñanza puede tener en el éxito de este proceso. El objetivo de este estudio fue analizar la práctica docente de tres docentes ante la propuesta de inclusión escolar de un alumno sordo en la escuela primaria regular, caracterizando las acciones realizadas, mediante la observación del contexto del aula y entrevistas semiestructuradas con los estudiantes. profesores. El análisis de los datos, de carácter cualitativo, consideró factores como la formación de los docentes, la infraestructura que ofrece la escuela, las concepciones y acciones que los docentes presentaron relacionadas con la inclusión del alumno sordo. Se evidenció en el estudio que las contradicciones del proceso de inclusión escolar reflejan los múltiples significados conferidos por los docentes al proceso de enseñanza y aprendizaje, hasta el punto de incidir y, en ocasiones, determinar las acciones de enseñanza.

Palabras-clave: Inclusión escolar. Práctica docente. Formación de profesores. Sordera.

Recebido em: 08/08/2020

Aprovado em: 11/11/2020



Todo o conteúdo deste periódico está licenciado com uma licença Creative Commons (CC BY-NC-ND 4.0 Internacional), exceto onde está indicado o contrário.

Reflexões sobre a inclusão escolar a partir da prática docente

O estudo a seguir é parte da dissertação de mestrado apresentada em 2010 na UNESP na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara SP no ano de 2010, o objetivo da pesquisa era analisar naquele momento como se dava a inclusão de um aluno surdo na rede regular de ensino considerando a condição específica da rede municipal de Ribeirão Preto SP a qual tinha em sua organização o professor especialista e o professor de apoio que compartilhavam o atendimento do aluno no 1. ano do ensino fundamental.

A história recente mostra as buscas que têm sido empreendidas em nome de uma implantação efetiva do processo de inclusão escolar da pessoa com deficiência, e para tanto, abarcam desde o cumprimento de leis que visam assegurar o acesso e permanência dos alunos com necessidades especiais nas escolas (CF-88; ECA- 1990; LDB 9394/96) como o que está disposto entre outros documentos que buscam assegurar, além do acesso e permanência, a exigência de qualidade no ensino.

É importante ressaltar que, diferentemente do que pressupunha a integração da pessoa com deficiência - segundo a qual caberia ao indivíduo com deficiência, unilateralmente, adaptar-se à sociedade, o princípio da inclusão social a pressupõe como “[...] o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir papéis na sociedade” (SASSAKI, 1997, p. 41).

Quanto à legislação educacional, nota-se que especialmente a surdez tem sido concebida de maneiras diferentes, o que talvez possa ser explicado pela influência histórica, que ora destaca a surdez como fator de total exclusão social, ora como fator patológico que condicionava o surdo como uma espécie de doente mental (LACERDA, 1998).

No Brasil, em termos de legislação, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) de no 4024/61 e, posterior a esse documento outros como (CF-88, ECA- 1990, LDB 9394/96, entre outros) visam resguardar a igualdade de direitos dos surdos e todas as demais pessoas, principalmente concernentes à escola.

Em 2002 foi publicada a Lei no 10.436 de 24 de abril de 2002 que prevê em seu art. 1o: o reconhecimento como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

E em seu parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

O maior avanço talvez seja quanto à valorização cultural da Língua de Sinais, como consta no art. 2o, que prevê que deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de

serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil. Com o relativo avanço da inclusão escolar de alunos surdos, a formação de professores recebeu um diferencial, ou seja, a língua de sinais passa a ser parte integrante dos cursos de formação conforme prevê a Lei no 10.436 de 24 de abril de 2002 em seu art. 4o, o qual caracteriza o oferecimento pelos sistemas de ensino-municipais, estaduais, federais e no Distrito Federal, a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

O paradigma, portanto, existente atualmente entre a Educação Especial e a Educação Inclusiva encontra-se ainda em processo de construção e de certo modo, tem se constituído de modo um tanto contraditório, uma vez que ao passo que o movimento da escola inclusiva propõe a inserção dos surdos em escolas regulares, os professores que atuam nas escolas regulares necessitam do professor especialista para que o processo se revele como equilibrado e eficiente em sala de aula. Há que observar-se ainda que, para receber um aluno no processo de Inclusão Escolar não se prevê ainda, adequadamente, determinada especialização para o professor da sala regular.

Assim, com base no exposto acerca dessas abordagens de ensino e considerando, especificamente as questões relativas à formação geral de professores no Brasil, no que tange às suas diretrizes, percebe-se que a análise do seu percurso histórico destaca que a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) no 4.024/61, em seu Capítulo IV trata sobre a formação de docentes, a qual se dará em escola normal de grau ginásial (art. 53), em escolas normais, institutos de educação (artigos 54 e 55), além das especializações e cursos de aperfeiçoamento abertos aos graduandos em escolas normais de grau colegial (art. 55).

A formação de professores para lecionar no ensino médio será feita nas faculdades de filosofia, ciências e letras e a de professores de disciplinas específica de ensino médio técnico em cursos especiais de educação técnica (art. 59). A mesma Lei reserva um capítulo específico para a educação da pessoa “excepcional”, considerando que no que for possível essa educação enquadrar-se-ia no Sistema Geral de Educação a fim de integrar os alunos na comunidade, ou seja, torna-se implicitamente facultativo o ensino para os alunos considerados excepcionais, da mesma forma que não se tem uma formação de professores tendo como pressuposto o possível atendimento escolar desses alunos.

Quando se trata de analisar o atendimento escolar torna-se imprescindível refletir sobre a formação de professores, suas dificuldades diante das diversidades, além de outras questões que se mostram essenciais relacionadas estreitamente a como formar professores realmente capacitados, quais os conteúdos

principais para que esse profissional tenha estrutura para exercer sua profissão com dignidade, conhecimento e valorização socioeconômica.

Os documentos das décadas de 1950 e 1960 abordam a formação de professores de um modo bem amplo, não enfatizando a formação específica, pois, nesse momento histórico o atendimento dispensado aos alunos com necessidades educacionais especiais não tinha o caráter educacional, mas sim prioritariamente da área da saúde e assistência social.

Com o advento dos movimentos em prol da integração, nas décadas de 1970 e 1980, os documentos desvelam a ocorrência de ênfase nas questões relativas à prevenção e reabilitação das pessoas com deficiência. Nesse sentido, o Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência – ONU (1982) trata sobre a prevenção e a reabilitação das deficiências, daí o profissional da saúde implicitamente ocupar papel fundamental, pois o documento ressalta medidas como melhores práticas de nutrição, a melhoria dos serviços sanitários, de detecção precoce de deficiências e de diagnóstico, atendimento pré e pós-natal, educação adequada em matéria de cuidados sanitários, inclusive a educação dos pacientes e dos médicos, planejamento familiar, legislação e regulamentação, modificação dos estilos de vida, serviços de colocação especializados, educação quanto aos perigos da contaminação ambiental e estímulo a uma melhor informação e ao fortalecimento das famílias e comunidades.

Já no início na década de 1990, anais da Conferência de Educação para Todos (1990) em seu item 33 apresenta o proeminente papel do professor e demais profissionais da educação no provimento de educação básica de qualidade, papel esse que deverá ser reconhecido e desenvolvido, de forma a otimizar sua contribuição. Ou seja, um avanço em relação aos documentos anteriores, pois enuncia uma valorização mais explícita do profissional da educação.

Posteriormente, as Normas Uniformes sobre a linguagem de oportunidades para pessoas com deficiência (ONU, 1993) acrescentam que a qualidade do ensino deve refletir os mesmos padrões, condições e perspectivas do ensino em geral e estar em estreita ligação com este. No mínimo, deve ser atribuída aos estudantes com deficiências a mesma diversidade dos recursos educativos atribuída aos estudantes sem deficiências. Para isso torna-se essencial o investimento em formação de professores. Parece importante considerar que, para garantir a qualidade do ensino dos alunos com necessidades educacionais especiais torna-se necessário que a formação dos professores ofereça uma fundamentação teórica competente sobre a temática da Educação Especial, da organização educacional que se deve oferecer a esses alunos, bem como, conhecimentos gerais sobre o Desenvolvimento Cognitivo.

Um dos grandes avanços para as discussões sobre Educação Inclusiva foi a elaboração da Declaração de Salamanca na Espanha em 1994. O documento destaca que a preparação apropriada de todos os educadores constitui-se em um fator chave na promoção de progresso no sentido do estabelecimento de

escolas inclusivas. Destaca-se que o treinamento pré-profissional deveria fornecer a todos os estudantes de Pedagogia de ensino primário ou secundário, orientação positiva frente à deficiência.

Desta forma, desenvolve-se um entendimento daquilo que pode ser alcançado nas escolas através da atenção especial que deveria ser dada à preparação de todos os professores para que exercitem sua autonomia e apliquem suas habilidades na adaptação do currículo e da instrução no sentido de atender as necessidades especiais dos alunos, bem como no sentido de colaborar com os especialistas e cooperar com os pais, dos serviços de apoio disponíveis na localidade. Ao destacar a importância da formação de professores, inclusive estendendo essa formação aos estudantes de Pedagogia, esse documento apresenta a necessidade de se refletir sobre a atenção e o ensino que se deve oferecer aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Sob influência das discussões nacionais e internacionais, a LDB 9.394/96 em seu artigo 59 inciso III ressalta sobre a formação de professores e, institui que os sistemas de ensino assegurarão que os professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educando em classes comuns. A nova Lei de Diretrizes e Bases é considerada um avanço em vários sentidos, inclusive para a Educação Especial, pois prevê a inclusão e a formação de professores, porém essa formação como sendo especializada.

Uma década após a publicação da Declaração de Salamanca, na Espanha em 1994, o documento oficial “Programa de Formação Inclusiva” publicado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2004, destaca que o professor especialista em educação especial deve ser um facilitador da proposta de educação inclusiva tendo como papel fundamental articular a prática educativa dos professores na escola. Este especialista e o conjunto de professores do ensino regular, após análise de cada situação deverão propor metodologias para o trabalho pedagógico.

Assim, recomenda um trabalho cooperativo entre ambos de forma que, ao serem somados, obtenham maior eficiência na busca comum de um ensino de qualidade a todos os alunos. Especificamente em relação ao ensino para surdos, estudos realizados (GÓES, 1999; DORZIAT, 2002; GESUELI; MOURA, 2006, QUADROS, 2004) apontam a necessidade de pesquisas que problematizem questões que envolvam o processo educativo de alunos surdos, inclusive durante os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Ao lado disso, autores como Apple (1994) asseveram que o currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos, que de algum modo aparece nos textos e nas salas de aula de uma nação. Além disso, é possível observar que a legislação vigente trata de questões similares: a LDB n. 9394/96, no seu artigo 59, versa sobre os sistemas de ensino, apregoando que esses deverão assegurar aos educandos com necessidades especiais, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos (inciso

D); terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados (inciso II). Daí depreende-se que, para considerar-se o processo educacional de maneira em geral e para os surdos de forma específica, não é possível prescindir de questões curriculares tais como a metodologia de ensino, o projeto político pedagógico da instituição escolar, a formação dos professores, as observações dos alunos no contexto escolar, além de outros aspectos que se revelem como questões fundamentais para a compreensão do fenômeno educativo.

As Questões de pesquisa

Este estudo buscou contribuir para a produção sistematizada de conhecimento, tendo em vista subsidiar a reflexão crítica sobre uma proposta de inclusão escolar de um aluno surdo no 1. Ano do Ensino Fundamental regular. Para tanto, manteve como norteadoras as seguintes indagações:

- Como se desenvolveu o processo de inclusão escolar do aluno surdo observado numa sala regular?
- Como as professoras se posicionam diante da inclusão escolar?
- O que consideram como aspectos positivos e negativos?
- Como as professoras atuam diante desse aluno? E frente aos demais?
- Quanto ao ensino, há grandes diferenças entre o que se ensina na sala regular e na sala de recursos?
- Existem suportes ou apoio pedagógico às professoras? De que natureza?
- Como os professores caracterizam o aluno surdo observado na sala de aula regular da rede municipal?

A partir de tais argumentos e justificativas, o presente estudo configurou-se com os seguintes objetivos:

Objetivo Geral:

Analisar o processo de inclusão escolar de um aluno surdo em uma rede municipal pública de ensino em um município de porte médio do interior paulista tendo por base os aspectos relacionados ao ensino ministrado pelas professoras.

Objetivos Específicos:

- Identificar os procedimentos adotados na prática educativa de três professoras (professora responsável pela turma, sua assistente de sala² e a professora especializada³) frente à inclusão escolar de um aluno surdo no primeiro ano do ensino fundamental e caracterizar as ações docentes, realizadas durante o processo;

- Identificar as propostas pedagógicas, as formas de planejamento e de ação docente, destinadas à inclusão do aluno surdo no ensino regular;
- Analisar, por meio de observação sistematizada no ambiente escolar e realização de entrevistas com as professoras, as percepções enunciadas pelas 2 A assistente de sala acompanha a professora titular da sala nos momentos de atividades. 3 A professora especialista atende o sujeito da pesquisa em horário oposto ao horário de aula docentes e as práticas didático-pedagógicas por elas implementadas na rotina escolar.

Os instrumentos utilizados foram entrevistas semiestruturadas e observações em sala de aula, enfocando as interações, ações, comportamentos e atitudes das participantes em relação ao aluno surdo incluído. Ainda, o aluno G. foi observado, esporadicamente, também em outros ambientes da escola como no pátio durante o recreio, ou em aulas de educação física ou de musicalização, considerando sua interação com o meio, com os demais agentes escolares e com colegas. Os registros elaborados pela pesquisadora durante as observações foram identificados pela sigla (RDP). Os roteiros de entrevista foram elaborados de acordo com as especificidades de cada professora e com vistas a caracterizar inicialmente os participantes. Em seguida, tendo como tema principal a inclusão escolar do aluno surdo no 1. ano do Ensino Fundamental, abordou questões consideradas como centrais na proposta de educação inclusiva, relacionadas às percepções verbalizadas pelas três profissionais, tanto sobre o processo de inclusão escolar como também, do próprio aluno surdo considerado incluído e do trabalho pedagógico desenvolvido para esse fim.

Com base nas transcrições dos materiais, foram identificados nos registros das observações e nos relatos das entrevistadas, os trechos que permitiam descrever a expressão das professoras acerca de suas ações e atitudes diante do aluno surdo, além das referências que elas comentavam sobre o comportamento do aluno em relação a elas.

A partir das leituras foram agrupados os aspectos julgados relevantes nas percepções das professoras acerca dos seguintes temas:

1. Inclusão Escolar: percepções construídas na ação docente;
2. Percepções das professoras sobre o aluno incluído;
3. Aspectos positivos e negativos da profissão docente;
4. Práticas docentes.

Esses aspectos foram aprofundados, mediante análise qualitativa, buscando articulá-los sempre que possível com a literatura da área e, especialmente, com os pressupostos de autores que tratam de questões relativas ao processo de ensino aprendizagem de surdos como, por exemplo, Lacerda (1998), Skliar (1998 e 1999), Góes (1999), Dorziat (2002), Quadros (2004, 2005), dentre outros. A organização desses temas

visou, portanto, permitir a abordagem dos aspectos considerados significativos para alcançar os objetivos do presente estudo.

O uso de entrevistas semiestruturadas que apresentam tópicos gerais organizados por um roteiro, segundo Biasioli-Alves (1998) pressupõe uma formulação de questões flexíveis e abertas, possibilitando ao sujeito que sua fala expresse seu modo de pensar sobre os temas apresentados. Conforme mencionado por Ribeiro e Cassoria (1995) é pelo discurso, entendido como fala, como manifestação de opinião, que os entrevistados expressam a sua experiência, o que sentem e o que pensam. Stela (1991) complementa esta noção, ao afirmar que é na formulação do discurso que o sujeito se redescobre e se reconhece – por meio das relações consigo mesmo e com outros sujeitos.

Ainda, segundo Escrivão Filho e Terence (2006), a contextualização dos temas investigados – característica bastante peculiar da abordagem qualitativa - parece ser amplamente favorecida, se for considerado que o pesquisador pretende aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente e contexto social – interpretando-os segundo a perspectiva dos participantes da situação enfocada, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito.

Quanto às observações, essas tiveram como objetivos: 1) Conhecer e registrar os acontecimentos pertinentes às ações e reações das professoras durante as aulas diante do aluno surdo incluído na sala de aula; 2) Conhecer e registrar as reações emitidas pelo aluno surdo em relação aos demais alunos e aos espaços da escola, em momentos variados durante a rotina escolar (no recreio, na aula de Educação Física, na sala de recursos). A esse respeito, Marconi e Lakatos (1990) argumentam que a observação deve ser considerada como um elemento básico da pesquisa científica e que indica uma técnica de coleta de dados que não consiste em apenas ver ou ouvir, mas também em examinar fatos ou eventos que se pretenda estudar. Ajuda o pesquisador a identificar e a obter indícios a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos nem sempre têm consciência, mas que orientam seu comportamento. Exige do pesquisador, assim, um contato mais direto com a realidade.

Segundo Fleith e Costa Jr. (2005), a obtenção e a compreensão do conhecimento relacionado ao desenvolvimento humano requerem a observação de comportamentos dos indivíduos em ambientes naturais de desenvolvimento e questionamentos acerca do que pensam, fazem e sentem, além de outras possibilidades de pesquisa. Mediante tal princípio, o presente estudo buscou considerar as relações do ambiente escolar e as percepções e posicionamentos dos professores, diante dos dilemas enfrentados em suas rotinas diárias. A pesquisa caracterizou-se como um estudo exploratório, mediado por pesquisa de campo com abordagem qualitativa, partindo do suposto que a partir dos dados obtidos por meio dos

instrumentos que foram utilizados, podem ser qualificadas as informações que permitem problematizar as implicações decorrentes da inclusão de um aluno surdo na rede regular de ensino.

Tal como afirmado por Silva (2001) sobre o caráter da abordagem qualitativa na pesquisa, esta propicia identificar com clareza os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos, aprofundando o conhecimento da realidade porque, em certa medida, explica a razão. Ou seja, busca explicar as ações considerando diversos fatores que incidem na realidade, interpretando-os e atribuindo-lhes significados.

Considerações finais

A análise de dados documentais permite considerar que no Brasil, ao longo das décadas da segunda metade do século XX, parece ter havido inúmeras e sucessivas tentativas de que nos protocolos fossem explicitados os diversos modelos segundo os quais, a formação de professores deveria ocorrer. Via de regra, tais documentos permitiram observar que os princípios para a formação de professores buscaram, constantemente, adequar-se às concepções de homem, educação, incorporadas socialmente e vigentes nos diversos períodos em que foram divulgados.

Assim, e também nos primeiros anos desse novo século XXI, apresentam-se novas discussões sobre a educação especial que possivelmente refletirão na formação dos futuros profissionais da Educação Brasileira.

Nota-se que a transposição dos fundamentos teóricos para a prática docente é um dos maiores desafios para os professores na atualidade. Nesse aspecto o presente estudo permitiu observar que, ao lado das inúmeras atribuições que têm sido agregadas às funções do educador, preconiza-se muitas vezes, métodos e práticas pautadas em perspectivas teóricas que para os professores, é como se não existem, por não contribuírem de maneira objetiva ao trabalho docente que desenvolvem.

Ao considerar que a prática e a teoria são indissociáveis (TARDIF, 2002) cabe ressaltar a reflexão das consequências promovidas por essa indissociação. Embora o presente estudo tenha se restringido à análise de um contexto escolar específico, é possível inferir que tais consequências devam perpassar a todas as demais modalidades e níveis de ensino. Como frutos dessa constatação, novas questões de pesquisa puderam ser identificadas e que requerem ser aprofundadas em estudos posteriores, tais como:

- Como os professores desenvolvem suas práticas docentes nos contextos específicos e diferenciados, em sala de aula?
- Até que ponto seguem acreditando que os conhecimentos por eles empregados não decorrem dos conhecimentos teóricos adquiridos no decorrer de sua formação docente e pessoal?

- O que suscita a aparente ausência de credibilidade dos professores em relação à pesquisa educacional e sua aplicabilidade?
- O que tem motivado a aparente insatisfação generalizada dos professores quanto ao trabalho que desenvolvem?
- Em que nível a pesquisa científica tem conseguido promover o enfrentamento de questões importantes, refletindo em resultados palpáveis requeridos para a prática docente?

Referências

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. (1988).

_____, **Estatuto da Criança e do Adolescente** – Lei Federal no 8.069 de 13 de julho de 1990.

_____, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96**. Brasília, 1996.

_____, **Parâmetros Curriculares Nacionais - Adaptações Curriculares**. SEB/SEF/MEC, Brasília: 1999.

_____, **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos – Brasília: MEC; SEESP, 2004.

_____, **Decreto no 5.296** de 02 de dezembro de 2004.

_____, **Decreto no 5.626** de 22 de dezembro de 2005.

_____, **Lei no 10.436** de 24 de abril de 2002.

ALBUQUERQUE, E. B. C.; MORAIS, A. G. e FERREIRA, A. T. B. As práticas cotidianas de alfabetização: o que fazem as professoras? **Revista Brasileira de Educação**. [online]. 2008, vol.13, n.38, pp. 252-264. ISSN 1413-2478.

BERBERIAN, A.P., GUARINELLO, A.C., MASSI, G. Surdez e linguagem escrita: um estudo de caso. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, mai.-ago. 2007, v.13, n.2, p.205-218.

BRANDÃO, C. R. (org.) **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

CARVALHO, R. E. Integração e inclusão: do que estamos falando? In: BRASIL, Ministério da educação, SEED. Salto para o futuro. **Educação Especial: tendências atuais**. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: MEC; 1999.

DORZIAT, A. Concepções de ensino de professores de surdos. Grupo de trabalho: Educação Especial, n.15, **25a ANPED**, Caxambu, 2002. <http://www.anped.org.br/reunioes/25/anadorziatt15.rtf>

FLEITH, D. S. COSTA Jr., A. L. Métodos de pesquisa em psicologia do desenvolvimento: o que é relevante considerar. In: DESSEN, M A.; COSTA, JR., A. L. (orgs.). **A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras**. Porto Alegre: Artmed, 2005, p.37-49.

GÓES, M. C. R. de. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas: Autores Associados, 1999.

GESUELI, Z. M. e MOURA, L. de. Letramento e surdez: a visualização das palavras. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v.7, n.2, p.110-122, jun.2006 – ISSN: 1676-2592.

GLAT, R.; FONTES, R. de S.; PLETSCHE, M. D. **Cadernos de Educação 6: Inclusão Social Desafios de uma Educação Cidadã**. Unigranrio Editora, Rio de Janeiro, p. 13-30, nov., 2006. ISSN: 1679-6349.

JANNUZZI, G. S. de M. Ensino Comum / Ensino Especial. **Cadernos da Faculdade de Filosofia e Ciências**. Marília, SP: v.4, n.2 (1995). P.37-46.

- _____. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- LACERDA, C. B. F. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. **Cadernos CEDES**, Set. 1998, vol.19, no.46, p.68-80. ISSN 0101-3262.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa.** 2 ed. São Paulo: Atlas,1990.
- MAZZOTTI-ALVES, A. J. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 129, set./dez. 2006.
- QUADROS, R. M. Desafios na formação de profissionais na área de surdez. **IV Congresso Internacional e 10o INES** “Surdez e universo internacional” de 14 a 16/09/2005.
- _____. Educação de surdos: efeitos de modalidade e práticas pedagógicas. **Temas em Educação IV.** São Carlos: EDUFSCAR, 2004.
- RIBEIRO, P. R. M.; CASSORIA, R. M. S. (1995) Um estudo sobre o discurso de um grupo de profissionais de um ambulatório de saúde mental na rede estadual de saúde. In: **Revista Paulista de Psicologia e Educação – Doxa.** Unesp. Faculdade de Ciências e Letras. Departamento de Psicologia da Educação. Ano 1 – v. 1 – n.02, MAI/AGO, 1995.
- SASSAKI, R. K. **Inclusão – Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- STELA, F. **Distúrbios depressivos em um centro de atenção primária: prevalência momentânea e análise do discurso dos pacientes.** Campinas, SP: Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp. Tese de Doutorado.1991
- SKLIAR, C. A invenção e a Exclusão da Alteridade “Deficiente” a partir dos Significados da Normalidade. **Educação e Realidade.** Porto Alegre: UFRGS, v. 24, n.2, p.15-32, jul./dez. 1999.
- _____. **A surdez: Um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Dimensão, 1998. p.11.
- TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.